



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 004/2021

Brasília(DF), 04 de janeiro de 2022

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN

Companheiro(a)s,

Encaminhamos o relatório da reunião do Pleno do GT-Carreira do ANDES-SN realizada no dia 14 de dezembro de 2021, que ocorreu de forma virtual em plataforma *Zoom*, conforme o que segue.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Profª. Maria Regina de Ávila Moreira

Secretária-Geral



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO PLENO DO GRUPO DE TRABALHO CARREIRA DO
ANDES-SN
14 DE DEZEMBRO DE 2021**

Data: 14 de dezembro de 2021 (terça-feira), pela Plataforma *Zoom*

Horário: 15h às 18h (horário de Brasília).

Presentes: Anexo I

Pauta:

1. Informes (as seções sindicais podem enviar para o e-mail: secretaria@andes.org.br para constar no relatório);
2. Balanço do plano de Carreira do ANDES-SN / 40 anos de história de luta;
3. Encaminhamentos.

Jennifer coordenou a reunião, José Sávio a secretariou e Manuela fez a relatoria.

Jennifer fez a abertura da reunião solicitando uma breve apresentação de cada participante.

1. Informes das Seções Sindicais) – Anexo II

1.1 - Informe nacional:

- Luta contra a PEC 32; Campanha nacional “eu defendo a educação pública”; Semana em defesa da educação pública (06 a 10/12); Portaria 983 - diz respeito à(o)s docentes EBTT. Breve contextualização do GT-Carreira.

2. Balanço do plano de Carreira do ANDES-SN / 40 anos de história de luta

Amauri apresentou um balanço ao longo dos 40 anos de história do ANDES-SN. “Não se pode pensar carreira, sem pensar em concepção de universidade e sem pensar em concepção de sociedade”

Debate:

Elisabete Búrigo - compartilhou o link - [Carreira docente, avanços e retrocessos são sistematizados em documento do ANDES/UFRGS – Andes UFRGS.](#)

Sugeriu incorporar temas do cotidiano docente na discussão: quais as questões novas que surgiram com o ensino remoto? Quais as dificuldades de retomar o presencial? Condições de



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
trabalho, adoecimento docente etc. Pensando no documento que precisa ser construído para o congresso.

Rocha - retomar os princípios da carreira propostos pelo ANDES-SN e trabalhar para apresentar uma nova carreira considerando o contexto político. Atentar para o contexto político de agora e perspectivas duras para 2023.

Paulo Cresciulo - Relembrou a cartilha - Carreira docente em debate (de 2009 ou 2010) que pode nos ajudar a dialogar com a categoria e com a sociedade. Fazer memória da luta pela carreira. Buscar atualização da cartilha que ajuda na mobilização.

Fernanda - Pautar problemas políticos que têm surgido e impactado no trabalho, como discussões sobre o trabalho remoto, teletrabalho, direito de imagem etc.

Jennifer - Preocupação em como dialogar sem entrar num corporativismo tendo em vista a conjuntura de fome, desemprego, fascismo, criminalização de movimentos sociais etc..

Schuch - Ressaltou que a ADUFPEL tem dialogado entre as seções do Estado e internamente com o movimento estudantil. Avalia que o coletivo docente está precisando se reconectar com a instituição, sindicato e categoria. Pauta que parta das premissas da carreira.

Amauri - Lembra que no 30º congresso em Uberlândia o ANDES-SN definiu uma carreira para a universidade brasileira e que a exigência para acessar a universidade seria o diploma de graduação. Preocupa tentar discutir o ensino remoto dentro da carreira docente. Até para evitar a regulamentação do ensino remoto. Sugere fazer debate sobre esses aspectos junto com GTPE.

3. Encaminhamentos

- Necessidade de fazer uma revisão e atualização da carreira, a partir da cartilha sobre a carreira.
- Pautar a questão do trabalho remoto para amadurecer o debate. Conectar as discussões com o GTPE.
- Necessidade de reconectar o(a)s docentes com o seu trabalho com uma pauta que aponte alternativas aos dilemas enfrentados no trabalho remoto e o retorno pós pandemia de forma politizada com base nos princípios da carreira única do ANDES-SN
- Cronograma de reuniões



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO I

PRESENTES NA REUNIÃO DO GT-CARREIRA

Diretoria: Jennifer Susan Webb Santos, José Sávio da Costa Maia, Manuela Finokiet e Amauri Fragoso de Medeiros

Seções Sindicais: Lourivaldo Mota Lima, (ADUEPB); José Irelanio Ataíde (ADUFCG); Cristiane Checchia (SESUNILA); Ana Cristina Hammel (SINDUFFS); Paulo Cresciulo (ADUFF); Fernanda de Araújo Binatti Chiote (ADUFES); Daniela Favaro Garrossini (ADUnB); Elisabete Búrigo (ANDES/UFRGS); Luciana Palharini (ADUFABC); Jose Antonio da Rocha (ADUFES) e Vinicius Pinheiro Israel (ADUNIRIO).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO II

INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

SESUNILA

Informes prestados por: Diretoria da Seção Sindical

Desde 2018, a Unila vem se orientando pela publicação da Nota Técnica nº2556/2018/MP e pelo Ofício Circular nº53/2018, a partir dos quais passou-se a exigir um novo marco temporal para fins de progressão e promoção da carreira - a saber, a conclusão da aprovação da avaliação de desempenho pela CPPD. Tal exigência não está prevista na legislação que rege o plano de carreiras (Lei 12.772.2012, que estrutura o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal) e cria brechas para **alterar indevidamente** o período de interstício dos/as servidores/as, bloqueando efeitos de retroatividade ainda que o/a docente tivesse seu direito de progressão em data anterior à finalização do processo. Sabemos que tais atrasos podem ser decorrentes de inúmeros fatores, inclusive de morosidade da própria instituição na condução dos processos.

Cientes das perdas que tais procedimentos infringem abertamente a direitos reconhecidos por lei à categoria docente, conforme a Portaria do MEC nº 554 de 20/06/2013 e a Lei 12.772/2012, que estrutura o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, a Sesunila já deu início a uma Ação Cível Pública, da qual já teve decisão favorável em 1ª instância. Neste processo judicial pede-se o reconhecimento de que a progressão deve ser conferida a partir da data de aquisição do direito nos termos do art. 12 e 13 da lei 12.772/2012, e não a partir da publicação do ato decisório, conforme os termos da Nota Técnica nº2556/2018/MP e do Ofício Circular nº53/2018.

Estamos aguardando a finalização do processo para demandar a regularização dos débitos da Universidade com todos/as os/as docentes que foram prejudicados/as financeiramente em suas progressões de carreira.

ADUFPEL

Informes prestados por: Luiz Henrique Schuch

A ADUFPEL ssind. permanece em assembleia geral permanente desde julho deste ano, pautando com a categoria a defesa do caráter da universidade pública as condições de trabalho docente frente aos dilemas impostos pela pandemia. O GTPE esteve muito ativo nesse período, bem como foram desenvolvidas rodas de conversa com docentes de vários perfis, abertas para a



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

categoria. O Conselho de Representantes também esteve ativo. Há uma agenda permanente com o DCE e a ASUFPEL e houve vários tensionamentos com a reitoria tanto em audiências como por meio de notas públicas, especialmente no que diz respeito a obrigatoriedade de gravação das aulas síncronas, a omissão da instituição quanto as condições de trabalho remoto, o ímpe to cartorial por “resolver o represamento” abandonando premissas indispensáveis a que os percursos formativos se desenvolvam com qualidade acadêmica, a negativa da reitoria em proceder uma avaliação qualificada sobre os semestres anteriores de forma participativa, abandono a sincronia dos calendários acadêmicos da graduação com os da pós-graduação, etc. Momentos de troca com as demais ssind. do Rio Grande do Sul foram importantes, especialmente sobre condições de trabalho docente/retorno às atividades presenciais/restrições orçamentárias/postura das reitorias. Tem surgido vários elementos preocupantes que se relacionam com o trabalho/carreira docente. Entre eles: transição para o padrão das privadas, com primazia da utilização de plataformas digitais e “descolamento” do paradigma da indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão; desqualificação dos espaços coletivos e do regime de dedicação exclusiva, com protagonismo heterônimo das agencias financiadoras, padrão classificatório e PPPs; figura do professor voluntário; movimentos que visam a militarização; exigências diversas aos docentes EBTT com traço evidente de distinção conceitual das funções, etc... Muito preocupante é o teor e a velocidade com que o governo passa a operar a retirada dos docentes aposentados de suas instituições de origem, com data já marcada para transferência ao INSS em mais um violento ataque que procura romper a premissa que o docente aposentado integra a carreira.